ISSN: 2358-8829

A CONFRONTAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Vitor Emanuel Teixeira de França [1]

INTRODUÇÃO

O Estágio Curricular Supervisionado nos cursos de formação de professores configura-se como um momento ideal de transição identitária, em que o futuro docente é instado a confrontar a estrutura conceitual acumulada na universidade com a materialidade cotidiana da escola. Longe de ser inocente ao esperar apenas valer-se de um amparo instrumental de aplicação mecânica de regras pedagógicas, o estágio constitui um espaço de investigação empírica, no qual se criam os primeiros saberes da prática e onde se manifestam as contradições inerentes à atividade de ensinar. No contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), esse processo ganha camadas extras de exigência: além do domínio das variáveis inerentes à dinâmica escolar, o professor em formação é desafiado a mediar saberes técnicos formalizados e especializados, convertendo-os em objetos de aprendizagem contextualizados e socialmente significativos para os educandos.

O presente artigo curva-se sobre a reflexão crítica de uma experiência docente desenvolvida no âmbito do componente de Estágio Supervisionado II do curso de Licenciatura em Formação Pedagógica para a Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) – Campus Parnamirim. A intervenção pedagógica que embasa este relato teve por foco a regência de aulas dedicadas ao ensino da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) em uma turma do curso superior de Tecnólogo em Gestão Pública

[1]Graduando do Curso de Licenciatura em Formação Pedagógica para Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Parnamirim. E-mail: vitore92@gmail.com

ISSN: 2358-8829

do IFRN - Campus Natal Central, no turno noturno, formada por cerca de 32 alunos com idades entre 18 e 54 anos.

A justificativa implícita deste relato apoia-se na constatação de que há uma recorrente distância entre as prescrições pedagógicas progressistas — que defendem uma sala de aula plenamente dialógica, horizontal e ativa — e as contingências reais que envolvem a docência para turmas de estudantes-trabalhadores da rede pública de ensino. Ao ministrar matérias de densidade jurídica e forte rigor terminológico, o anseio inicial de promover discussões contínuas e autônomas conflita frequentemente com barreiras de tempo, cansaço discente e a necessidade de sistematização conceitual prévia.

Assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar o processo de mediação didática e a confrontação entre as expectativas teóricas e a prática docente real ocorridas ao longo do estágio supervisionado na EPT. Especificamente, busca-se: (a) relatar a experiência de planejamento instrucional com apoio de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa e tecnologias interativas de apresentação; (b) apontar os entraves temporais, psicológicos e contextuais que provocaram o recuo pedagógico da abordagem dialógica para uma metodologia predominantemente expositiva; e (c) discutir o papel do estágio enquanto ambiente formativo de autodiagnóstico, desmistificação de certezas e amadurecimento profissional do educador.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A presente investigação fundamenta-se na abordagem qualitativa de natureza aplicada, assumindo ares metodológicos de relato de experiência fundamentado na observação participante e na autoanálise crítica da prática docente. A pesquisa qualitativa em educação viabiliza a apuração minucioso das percepções, dos impasses contextuais e dos significados atribuídos pelos agentes que vivenciam o processo pedagógico em seu ambiente natural.

A intervenção foi desenvolvida no âmbito do componente curricular de Estágio Supervisionado II da Licenciatura em Formação Pedagógica para EPT do IFRN Campus Parnamirim. O cenário empírico foi uma turma noturna do curso superior de Tecnólogo em Gestão Pública do IFRN - Campus Natal Central, composta por 32 estudantes regularmente matriculados, cuja amplitude etária variou entre 18 e 54 anos.

ISSN: 2358-8829

Esse perfil reflete a conformação típica da EPT no período noturno, com presença majoritária de trabalhadores, adultos em transição profissional e jovens recém-saídos da educação básica.

O ciclo de regência compreendeu 6 (seis) horas-aula destinadas à temática da Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), focando os seguintes eixos programáticos: Princípios e Objetivos, os Atores e a Fase Preparatória, Modalidades de Licitação, as Exceções à Regra, Contratos Administrativos e Infrações, Sanções e Controle.

A mediação pedagógica e o registro dos acontecimentos operaram-se por meio de três conjuntos de procedimentos:

Diário de campo reflexivo: Instrumento de registro etnográfico e fotográfico mantido pelo estagiário, no qual foram anotadas, ao término de cada aula, as impressões sobre o engajamento discente, as falhas de cronometragem, os imprevistos didáticos e as deliberações de ajustes conversadas com a supervisão docente, para fins exclusivamente de relatório.

Uso de Inteligência Artificial Generativa no planejamento: Aplicação da ferramenta Gemini Pro durante a fase pré-instrucional para estruturar propostas de casos hipotéticos da administração pública, organizar roteiros de aula e adaptar a linguagem formal da Lei nº 14.133/2021 para contextos práticos aplicados.

Recursos educacionais dinâmicos: Uso da plataforma Prezi em sua inteligência artificial para confecção de slides do procedimento licitatório e utilização do aplicativo Kahoot para diagnósticos interativos e verificação formativa da apreensão dos conceitos.

Em consonância com as normas éticas da pesquisa acadêmica, foram resguardadas as identidades dos estudantes, dispensando-se o uso de imagens ou qualquer dado nominativo individual nos registros.

REFERENCIAL TEÓRICO

O suporte teórico deste relato estrutura-se a partir das reflexões contemporâneas sobre a epistemologia do estágio docente, a práxis pedagógica e a capacidade de diálogo na formação humana.

ISSN: 2358-8829

Para compreender o estágio em sua acepção crítica, recorre-se às formulações de Pimenta e Lima (2006), as quais sustentam que o estágio curricular deve ser concebido como um campo de conhecimento e uma atividade de pesquisa da própria prática. As autoras rechaçam enfaticamente a concepção reducionista que enxerga o estágio ora como mera imitação de modelos preexistentes, ora como uma etapa estritamente prática desprovida de densidade de conhecimento. Segundo Pimenta e Lima (2006), a superação do tradicional ditado de que "na prática a teoria é outra" ocorre quando a prática pedagógica passa a ser tomada como ponto de partida e de chegada da reflexão teórica, possibilitando ao estagiário investigar a complexidade institucional, os impasses curriculares e o contexto social em que a instituição de ensino se insere.

Essa dimensão da reflexão crítica é ampliada pelas contribuições de Franco (2016), ao analisar a epistemologia da prática pedagógica. A autora esclarece que a prática docente não se confunde com um mero conjunto de técnicas ou fazeres instrumentais isolados; ela se constitui como uma práxis social carregada de intencionalidade, na qual as escolhas do professor negociam constantemente com as resistências, expectativas e condicionantes dos estudantes e da instituição. Franco (2016) adverte que o fazer pedagógico exige do professor uma postura reflexiva constante para discernir entre o que foi idealizado no plano das intenções e os efeitos reais produzidos na dinâmica concreta da sala de aula.

No horizonte ético e político, o trabalho orienta-se pela perspectiva dialógica e libertadora de Paulo Freire (2021). Em Pedagogia da Autonomia, o autor argumenta que ensinar inexiste sem aprender e que o ato pedagógico autêntico repousa sobre a inconclusão do ser humano, o respeito à dignidade do educando e a rejeição terminante à educação bancária — aquela caracterizada pela mera transferência autoritária de conteúdos do educador depositante para o estudante depositário. O diálogo freiriano constitui uma exigência epistemológica indispensável para que o conhecimento se consolide como construção histórica e emancipação social.

Por fim, esse corpus reflexivo alinha-se com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), estabelecida pela Resolução CNE/CP nº 2/2019 (BRASIL, 2019). A norma prescreve que o futuro educador deve demonstrar competência no planejamento didático, na mobilização de metodologias que articulem as linguagens digitais e na promoção da aprendizagem significativa de todos os estudantes, respeitando as

ISSN: 2358-8829

singularidades e diversidades socioculturais do alunado. No âmbito da EPT, essa exigência convoca o estagiário a um esforço rigoroso de transposição didática, transformando o saber técnico em saber escolar assimilável e aplicável na prática profissional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados empíricos resultantes da regência permitiu organizar os achados em duas categorias centrais: a primeira, relativa ao potencial das tecnologias digitais e da inteligência artificial na organização prévia da aula; a segunda, voltada para a tensão dialética entre a pretensão inicial dialógica e a transição emergencial para a metodologia expositiva.

No tocante à primeira categoria, a inserção do Gemini Pro no planejamento revelou-se um recurso de mediação didática de elevado valor produtivo. A ferramenta acelerou em muito a elaboração de situações-problema baseadas na rotina de contratações dos municípios, sintetizando normas esparsas da Lei nº 14.133/2021 em enunciados claros. Em paralelo, o suporte visual do Prezi organizou visualmente todas as aulas - em especial as etapas preparatória, de seleção e contratual das licitações, enquanto os questionários do Kahoot despertaram receptividade inicial e interesse pelo formato interativo.

No entanto, o cerne da reflexão neste artigo emergiu na segunda categoria de análise: o confronto direto com a realidade concreta da sala de aula. O plano de ensino concebido pelo estagiário projetava uma dinâmica orientada pela dialogicidade freiriana e pela resolução colaborativa de problemas, na qual os alunos seriam os protagonistas na dissecação dos casos licitatórios. Todavia, a regência revelou condicionantes determinantes:

Primeiramente, a dimensão temporal impôs constrangimentos. A matéria de Licitações exige o entendimento de categorias encadeadas (como objeto, termo de referência, edital, pregão, impugnação). Ao abrir a palavra para discussões abertas desde o início, o tempo pedagógico esvaía-se rapidamente sem que os fundamentos normativos indispensáveis à compreensão da matéria fossem devidamente apreendidos pelos alunos. O receio de encerrar o bloco de aulas sem oferecer aos futuros técnicos em gestão os conhecimentos da disciplina gerou fortes temores pedagógicos no estagiário.

ISSN: 2358-8829

Em segundo lugar, a acentuada heterogeneidade da turma noturna colocou em evidência ritmos de aprendizagem distintos. Enquanto discentes maduros, já inseridos no serviço público ou em áreas correlatas, demandavam debates aprofundados sobre particularidades de editais, estudantes mais jovens demonstravam hesitação diante de jargões processuais básicos. Ademais, a estafa física dos alunos — trabalhadores submetidos a extensas jornadas de trabalho diurno — manifestou-se por meio de pausas silenciosas e cansaço visível, inibindo a dinâmica de debate constante que havia sido idealizada na teoria.

Perante a iminência de dispersão e o esgotamento do tempo regulamentar, o estagiário adotou o que pode ser compreendido como "recuo de sobrevivência didática": a reestruturação não planejada das aulas retoma à metodologia tradicional expositiva. Tomando a palavra de forma central, o docente em formação passou a conduzir as definições, apoiar-se fortemente nos slides do Prezi e ditar o ritmo da apresentação, reduzindo o tempo destinado à fala e à intervenção espontânea dos estudantes.

Essa confrontação espelha os alertas de Franco (2016) sobre o fato de que a ação pedagógica nunca ocorre no vazio ideal, mas em um campo de tensões onde as resistências do meio exigem ajustes contínuos do professor. Igualmente, como advertem Pimenta e Lima (2006), o estagiário muitas vezes reproduz, diante da insegurança, o modelo transmissivo que vivenciou ao longo de sua trajetória escolar pregressa. O apego à exposição funciona como uma proteção psicológica contra o receio do descontrole do tempo ou silêncio da turma.

Apesar do distanciamento em relação ao formato inicialmente sonhado, a análise reflexiva posterior revelou que a experiência não representou um desvio inútil, mas o ponto específico do aprendizado docente. O estágio evidenciou que a dialogicidade não é um dado que se decreta abstratamente no planejamento; ela requer o domínio sólido do tempo didático, a calibração precisa do conteúdo em função do cansaço do estudante noturno e a compreensão de que momentos expositivos claros são, muitas vezes, o alicerce para que o diálogo subsequente se torne qualificado e produtivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo possibilitou demonstrar os atritos reais que se interpõem entre as formulações pedagógicas normativas e as contingências operacionais

do dia a dia no ensino na Educação Profissional e Tecnológica. O Estágio Supervisionado II firmou sua eficácia formativa fundamental justamente pela via da crise e do descompasso entre o plano idealizado e a prática executada.

A experiência com a turma noturna de Gestão Pública demonstrou que a transposição de conteúdos jurídicos complexos exige equilíbrio metodológico. O recuo para a condução expositiva, provocado pelo tempo exíguo, pela extensão da Lei de Licitações e pela fadiga natural do alunado trabalhador, permitiu ao licenciando reconhecer suas próprias vulnerabilidades pedagógicas, desmistificando a crença ingênua de que a interatividade ativa ocorre espontaneamente sem uma rigorosa dosagem curricular.

Por outro lado, o recurso a ferramentas contemporâneas, como a Inteligência Artificial Generativa e os suportes visuais dinâmicos, ratificou a relevância da tecnologia como instrumento acelerador do planejamento prévio. Além disso, confirmou-se que a tecnologia não substitui o tato pedagógico e a sensibilidade do educador para acolher a realidade humana de seus educandos.

Conclui-se, portanto, que o estágio supervisionado se fixa como o espaço insubstituível da pesquisa sobre a prática e da consolidação da identidade docente, sinalizando que a formação continuada do professor na EPT deve aprofundar métodos operacionais de gestão do tempo didático e de mediação de conteúdos técnicos heterogêneos.

Palavras-chave: Formação docente, Estágio supervisionado, Educação profissional, Inteligência artificial, Prática pedagógica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum Curricular para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 246, p. 104-109, 23 dez. 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file . Acesso em: 27 set. 2026.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. **Lei de Licitações e Contratos Administrativos.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 1 abr. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2021-2024/2021/lei/l14133.htm . Acesso em: 27 set. 2026.

FRANCO, Maria Amélia do Rosario Santoro. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 97, n. 247, p. 534-551, set./dez. 2016. DOI: https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.97i247.2662. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbeped/a/m6qBLvmHnCdR7RQjJVsPzTq/?lang=pt&format=pdf Acesso em: 27 set. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2021. Disponível em: https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf . Acesso em: 27 set. 2026.

LIMA, Maria Socorro Lucena; PIMENTA, Selma Garrido. ESTÁGIO E DOCÊNCIA: DIFERENTES CONCEPÇÕES. **Poíesis Pedagógica**, Catalão, v. 3, n. 3 e 4, p. 5–24, 2006. DOI: 10.5216/rpp.v3i3e4.10542. Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/poiesis/article/view/10542 . Acesso em: 28 set. 2026..